



# Anais da Assembléia

Nº 007

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 1992

ANO XVII

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 05.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 1992  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Bezerra e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Carlos Simões, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, Osvaldo Trevisan, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (37). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Albino Corazza, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Elio Rusch, Ernani Pudell, José Arthur Ritti, José Tavares, João Iensen, Nilton Barbosa, Nilton César e Ovídio Constantino (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofícios:

Sob o nº 044/92, do Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, em RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES, requerida pelo Deputado Mário Bezerra ao Secretário de Estado da Fazenda, sobre relatório formulado pela KPMG, sobre o estudo de viabilidade para reestruturação da Paranã Seguros. - Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.

Ofício nº 04/92

Senhor Presidente.

Queremos informar à Mesa Diretora desta Casa de Leis, que nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro, estaremos participando do III Seminário dos Brasiguaios, em Hernandárias - Paraguay, conjuntamente com lideranças daquele país e representantes dos movimentos brasileiros ligados à luta no campo; Deptº Rural da CUT, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores e Segurados do RS, SC, PR e MS.

Aproveitamos para solicitar que esta Presidência tome as providências e encaminhamentos que se fizerem necessários.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

Ofício nº 04/92

Senhor Presidente.

Cumpre-me comunicar a Vossa Excelência que na data deste 25 de fevereiro impõe-se minha presença em compromissos assumidos no interior do Estado, o que inviabiliza o cumprimento dos trabalhos legislativos no Plenário desta Casa de Leis.

Assim sendo, solicito a gentileza de que seja registrada minha ausência e que a justificativa seja aceita.

Antecipando agradecimentos pela atenção que puder dispensar ao pedido, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) ARLINDO TROIAN

### Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 086

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 24/92, que cria o Município de Nova Esperança do Sudoeste, conforme resultado de consulta plebiscitária, desmembrado dos municípios de Enéas Marques e Salto do Lontra.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 087

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 16/92, que "altera a Lei

nº 9300, de 18 de junho de 1990, corrigindo nome e divisas do Município de Flor da Serra".

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 088

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 17/92, que cria o Município de Saudades do Iguaçu, conforme resultado de plebiscito e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 091

SOMULA: REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 18/92, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. José Maria de Araújo Perpétuo.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de Vossa Excelência para, de conformidade com o Art. 182 e seguintes do Regimento Interno, REQUERER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 18/92.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 092

SOMULA: REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 03/92, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba, imóvel de propriedade do Estado.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de Vossa Excelência para, de conformidade com o Art. 182 e seguintes do Regimento Interno, REQUERER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 03/92.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a anexação da documentação constante do Projeto de Resolução nº 113/90 e do Projeto de Lei nº 222/90, que autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Tamarana, a ser desmembrado do Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) SEVERINO FELIX

Apoiamento: ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 090

SOMULA: REQUER a juntada dos Projetos de Lei 012/92 e 015/92 que dispõe sobre a comercialização e utilização do adesivo químico à base de borracha sintética e solventes aromáticos.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de Vossa Excelência para, de conformidade com o que estabelece o artigo 121 do Regimento Interno, REQUERER a JUNTADA dos Projetos de Lei 012/92 e 015, já que as duas proposições tratam de assunto exatamente igual, e que, por isso, deverão merecer pareceres únicos das Comissões Permanentes e, posteriormente, transformadas em uma só.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 084

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor MARIO PEREIRA, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja encetado estudos para a viabilização da pavimentação asfáltica do trecho que liga o Distrito de Vila Alta, em Umuarama, ao Município de São Jorge do Patrocínio, pela estrada trinta.

Do aprovado, requer ainda, comunicação aos senhores, José Ilton de Oliveira, Alexandre Ceranto, Vereador e Prefeito de Umuarama, respectivamente e ao Cláudio Alves Palozzi, Prefeito de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A ligação por rodovia entre os dois centros populacionais é muito utilizada principalmente levando-se em conta que o Distrito está prestes a se transformar em município, tornando-se um importante meio de escoamento de safra e de desenvolvimento para a região.

REQUERIMENTO Nº 085

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JOSE MOACIR FAVETTI, Digníssimo Secretário do Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar estudos para a construção de uma sub-delegacia no distrito de Perobal, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, o encaminhamento ao Prefeito Municipal Alexandre Ceranto, ao Vereador Sebastião Calixto Barbosa, e ao Presidente da Câmara Vereador Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Perobal em fase de emancipação, visto a tramitação do Projeto de Lei nº 005/87, e a decisão do plebiscito realizado em 24.03.91, passa necessariamente a precisar de infra-estrutura no organismo público, tais como escolas, postos de saúde, fiscalização e segurança.

Neste último, solicito estudos para a construção de uma sub-delegacia para atender a demanda e oferecer melhores condições de trabalho e segurança aos policiais e à própria população.

#### REQUERIMENTO Nº 080

SOMULA: Renovando pedido de informações, pede-se agilização de respostas, junto à Secretaria de Estado dos Transportes e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, necessária à complementação do Projeto de Lei nº 525/91, que autoriza a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 525/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar a Secretaria de Estado dos Transportes e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, para que manifestem-se quanto a proposta do Douto Parlamentar, em autorizar a integração do transporte coletivo na Região.

Sala das Sessões, 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

#### REQUERIMENTO Nº 081

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, necessárias à complementação do Projeto de Resolução nº 50/90, que autoriza a realização de Plebiscito na área que especifica, no Município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Anahy.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Resolução nº 050/90, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso XIII combinado com o artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, afim de que se cumpra, o citado no Ofício de nº 1793, do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, alertando sobre o não preenchimento dos requisitos do artigo 2º, da Lei Complementar nº 56/91.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

#### REQUERIMENTO Nº 089

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais desta Augusta Casa de Leis, do texto intitulado "O HOSPITAL DE CLÍNICAS DE CURITIBA E SEU IDEALIZADOR", de autoria de Pio Taborda Veiga, publicado no Jornal de Estado, datado de 10 de fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) ERONDY SILVERIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Professor Milton de Macedo Munhoz, foi idealizador do Hospital de Clínicas, sendo nomeado para Presidente da Comissão de Equipamento do referido Hospital, um sonho que tornou-se realidade em 26 de março de 1960, quando da sua inauguração.

Hoje o Hospital de Clínicas é uma realidade, graças a garra e a visão do Ilustre Professor, que embora tardia, mas sempre oportuna, vê reconhecido os seus esforços com a matéria que agora será transcrita.

#### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização do Plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Tamarama desmembrado de Londrina e com as divisas e perímetro urbano abaixo descritos

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

COM O MUNICIPIO DE LONDRINA

Começa na foz do Córrego Sutil no Rio Apucarantina, segue por este até a foz do

córrego Faustino até a sua nascente, de onde em linha reta no sentido Nordeste alcança a cabeceira do Ribeirão dos Moraes; desce por este até sua foz no Rio Apucarantina e por este abaixo até sua foz no Rio Tibagi;

COM O MUNICÍPIO DE SÃO JERONIMO DA SERRA  
Começa na foz do Rio Apucarantina no Rio Tibagi, segue por este até a foz do Rio Apucarana;

COM O MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA  
Começa no Rio Tibagi na foz do Rio Apucarana sobe por este até sua confluência com o Rio Preto, segue por este até sua confluência com o Rio do Meio;

COM O MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA DO SUL  
Começa no ponto acima descrito na confluência do Rio Preto com o Rio do Meio, segue por este até sua nascente, de onde em linha reta alcança a cabeceira do Rio Valêncio, desce por este até sua foz no Rio Apucarantina, segue por este até a foz do Córrego Sutil, ponto de partida.

#### PERIMETRO URBANO

Distrito de Tamarana

Principia no afluente do Ribeirão dos Moraes, que cruza a Avenida 19 de Dezembro, abrange o Jardim Juny, abrange os terrenos com testada para a Rua Demétrio Carneiro Siqueira, segue pela divisa Leste do lote 129, abrange a Igreja Congregação Cristã, segue pela estrada Arroio Grande, abrange os terrenos com testada para a Rua Rio Preto, Rua Mauá, Avenida Perimetral e daí segue até o ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(aa) SEVERINO FELIX

ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa neste momento, não levantar polêmica a cerca do plebiscito já acontecido, mas sim atendendo ao pedido de Lideranças locais, dar condições para a realização de um novo plebiscito; visto terem sido veiculadas notícias em que irregularidades tivessem havido e que a estreita margem do lado vitorioso tivesse por assim desvirtuado a vontade do eleitorado.

Em assim sendo e de posse de documentos que perfazem a documentação para início de um processo de consulta plebiscitária, propugna-se novamente pela realização de plebiscito para que a população decida sobre a emancipação do Distrito de Tamarana.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 032/92

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir como modalidade da Loteria Estadual, concurso de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números, promovido em datas prefixadas, com distribuição de prêmios mediante rateio denominado LOTOZOO.

Parágrafo Único - O Concurso de que trata o caput deste artigo, tratará de sorteio de números, de um (1) a vinte e cinco (25) utilizando a relação número animal usada tradicionalmente em sorteios populares.

Art. 2º - Para implementar o sorteio de que trata o artigo anterior será dada concessão com as empresas privadas, legalmente constituídas e cadastradas junto à SERLOPAR.

Art. 3º - O Governo do Estado, antes de abrir licitação para a concessão do serviço de que trata esta Lei, determinará pesquisa sobre a arrecadação projetada da LOTOZOO, e com base nesta pesquisa estabelecerá percentagem que será destinada única e exclusivamente para obras assistenciais programadas pelos Municípios.

Art. 4º - As empresas vencedoras da licitação receberão o percentual que trata o artigo anterior, calculado por estimativa, com antecipação trimestral.

Parágrafo Único - O percentual referido no caput deste artigo não poderá ser inferior a 5% da arrecadação total.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei num prazo de 120 dias de sua vigência.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) NILTON CESAR

#### JUSTIFICATIVA:

E preciso marchar em compasso com a realidade de nosso tempo.

A exploração do "jogo-do-bicho" foi enquadrada como contravenção pela legislação excepcional do período do Estado Novo, e claramente não foi recepcionada pela Constituição vigente de 1988. Isto porque o artigo 50 da Lei das Contravenções Penais proibia a exploração de quaisquer jogos de azar, quando se sabe que hoje campeiam as modalidades de concurso à sorte nas diversas Loterias, Lotos, etc.

A diferença da chamada Loto Zoológica é ser este explorada por particulares, enquanto as Loterias são atividade vinculada ao poder público.

Doutro lado no plano objetivo, vale antes regulamentar o "jogo-do-bicho" do que mascarar a realidade com supostas operações policiais, porque os recursos

públicos na área de Segurança, sabidamente escassos, devem ser melhor empregados a serviço da população.

Os prognósticos zoológicos - que se pretende regulamentar hoje dão emprego a mais de 200 mil pessoas apenas no Paraná, representando a fonte de sustento de mais de 50 mil famílias; ademais, quando o Código Penal pune a vadiagem, não se pode lançar ao desemprego milhares de trabalhadores informais empenhados nessa atividade.

Nossa proposição visa disciplinar e regulamentar a exploração do "jogo-do-bicho" para que seus eventuais resultados possam melhor ser direcionados para fins sociais tão urgentemente necessitados de tais recursos, em vez de alimentarem uma cadeia de interesses não relevantes para a sociedade, como ocorre na atualidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Horário das Lideranças.

PL. (Declina).

PDT. (Declina).

PST. (Declina).

PFL. (Declina).

PRN. (Declina).

Bancada Independente. (Declina).

PMDB. (Declina).

PSDB. (Declina).

PTB. (Declina).

PT. (Declina).

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 004/92, subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, comunicando que a Bancada do PT estará ausente nas Sessões Plenárias dos dias 25, 26 e 27 do corrente mês, em virtude de viagem ao Paraguai.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 004/92, subscrito pelo Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25 do corrente mês, em virtude de compromissos assumidos no interior do Estado.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton César, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria

constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 267/91, que cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 77/91, de 25.06.91).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/91, de autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que institui o Cadastro Rural Especial para fins de legalização da posse de imóvel rural de até 35 hectares em situação irregular. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.A.. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J., artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que declara de Utilidade Pública a "Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Segredo - ACDS", com sede e foro no município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. nº 130/91, de 09.10.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 463/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 463/91, de autoria do nobre Deputado Cezar Silvestri, ora sendo examinado por esta comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Segredo - ACDS, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Constatamos que o projeto em tela encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto em pleno acordo com a legislação, inexistindo qualquer óbice tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor, nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais somos de parecer FAVORÁVEL.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Conjunto Sa-

turnino de Brito - A.M.C.S.B.", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. nº 161/91, de 03.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 564/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado GERALDO CARTARIO, visa o presente Projeto de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Saturnino de Brito, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Pela análise da documentação acostada, constata-se que o Projeto não fere qualquer dispositivo de ordem constitucional, legal ou regimental, bem como satisfaz aos requisitos da Lei nº 6994/78, razão pela qual no manifestamos FAVORAVELMENTE à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 567/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a "Associação Clube de Mães do município de Maria Helena. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. nº 161/91, de 03.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 567/91

P A R E C E R:

A pretensão do autor está devidamente instruída, com os documentos anexados ao projeto. A Entidade não remunera seus dirigentes, está legalmente registrada e comprovadamente presta serviços de interesse comunitário.

Somos de opinião favorável à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. nº 161/91, de 03.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Curitiba, terça, em 25.02.92

PROJETO DE LEI Nº 568/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 568/91, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Rondon, com sede e foro naquela localidade.

Constatamos que o projeto em tela encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto de pleno acordo com a legislação vigente, inexistindo assim qualquer óbice, tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor, nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos nosso parecer FAVORÁVEL.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Relator

JOSE TAVARES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/91, de autoria do Deputado DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Tibagi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. nº 162/91, de 04.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 572/91

P A R E C E R:

O Autor fez a juntada de toda a documentação necessária, garantindo-se tratar de Entidade de fins beneficentes, com cargos não remunerados e registro legal há mais de um ano, além de relatório de atividades.

Opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos de nºs 086, 087 e 088, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente eu requeiro a Vossa Excelência a minha inscrição em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está inscrito.

Requerimento de nº 82, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, com apoio do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, poderia ler esse documento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o douto Plenário a anexação da documentação constante do Projeto de Resolução nº 113/90 e do Projeto de Lei nº 222/90 que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Tamarana a ser desmembrado do Município de Londrina".

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n.ºs 084 e 085, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 090, 091 e 092, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constantes do expedientes. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 089, de autoria do Senhor do Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, demais Senhores Parlamentares, inicialmente fazemos uso da palavra na tarde de hoje para dizer que tivemos a oportunidade de na manhã de hoje participarmos de uma reunião na Secretaria de Estado da Agricultura, o Secretário Dr. Osmar Dias em reunião com todos os chefes de núcleo do Estado do Paraná e com os dirigentes das empresas vinculadas discutiam uma série de assuntos relacionados aos programas desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e nesta reunião o

enfoque principal que estava sendo dado diz respeito ao projeto, ao programa que vem desenvolvendo o Governo do Estado do Paraná no sentido de modificar sensivelmente o perfil do rodeio leiteiro do nosso Estado, não o perfil de rebanhos como aqueles existentes em Arapoti, Castrolândia, Carambeí, Witmarsun, na região aqui de São José dos Pinhais e da Lapa e mesmo os rebanhos especializados que existem na região norte do Paraná especialmente na região de Londrina.

Mas mudar o perfil do rebanho leiteiro hoje existente na maioria das propriedades paranaenses que ainda são constituídos de vacas que não possuem aptidão para a produção do leite, são as vacas que nós conhecemos como o "pê duro" ou então animais que tenham mais aptidão para produção de carne mas que se utilizam também para a produção de leite. E o motivo de estarmos nos pronunciando neste momento é de que determinou Sua Excelência o Secretário Osmar Dias que os chefes de núcleos tanto da Secretaria como da EMATER procurassem num espaço de tempo bastante urgente trabalhar perante as cooperativas de leite do nosso Estado, perante os nossos Prefeitos, Vereadores, associações e produtores, no sentido de que possamos realmente fazer com que esse programa se desenvolva com a rapidez que pretende Sua Excelência o Senhor Governador Roberto Requião e também como que pretende a Secretaria de Estado na pessoa do Dr. Osmar Dias.

Todos nós sabemos que existe da parte do Senhor Governador a intenção de que através desse programa de vacas leiteiras possa o Estado do Paraná ver introduzido no seu rebanho em torno de 100 mil novilhas que poderão realmente alterar, incrementar em até mais 40% a produção hoje existente de leite no Estado do Paraná.

É evidente que muitas pessoas questionam este programa que visa trazer animais de outros estados, até mesmo de outros países, mas é também em função dessas preocupações hoje o financiamento que o Banco do Estado do Paraná dará aos produtores não é apenas e tão somente para animais importados de outros estados ou de outros países, poderá também ser obtido esse financiamento se os animais forem adquiridos aqui dentro do nosso Estado do Paraná, especialmente da bacia leiteira do ABC que é Arapoti, a Batavo e a Castrolândia.

Para tudo isso é evidente que existe um trabalho preliminar, onde a Secretaria da Agricultura, a EMATER serão ouvidas, onde os técnicos irão elaborar o projeto técnico e o BANESTADO irá fazer o financiamento e diga-se de passagem uma linha de crédito especial com recursos, não do BANESTADO, mas recursos do Tesouro do Es-



tado e que serão financiados esses produtores com o prazo de carência de um ano com mais três anos para pagar e pagarão única e tão somente através do sistema de equivalência de produtos, financia-se a vaca e paga-se posteriormente o leite.

Então é um programa que nós entendemos virá contribuir sensivelmente para a mudança do perfil hoje existente na produção leiteira do nosso Estado.

É evidente que em se tratando da importação de animais teremos que tomar alguns cuidados, principalmente aqueles ligados ao aspecto sanitário. Todos nós sabemos que esses animais vivem muitas vezes em climas diferentes do nosso, onde doenças existem lá que não existem aqui e por esta razão os cuidados terão que ser redobrados para que não tenhamos o dissabor de ver esses animais ingressando no nosso Estado e depois perecendo.

Mas o programa é importante. É tão importante quanto o programa que se desenvolve hoje o Paraná Rural que mudou sensivelmente a face, a imagem do nosso Estado, do ponto de vista da conservação dos solos e das águas, do ponto de vista das microbacias implantadas e das melhorias que hoje chegam em apoio ao produtor rural.

É um programa arrojado, como também pretende ser arrojado o programa das ovelhas. O programa da implantação de um rebanho expressivo também de bovinos no nosso Estado.

Então nós entendemos que o Governador Roberto Requião e principalmente nós, aqueles que somos do interior, que temos na nossa base política a agropecuária e que muitas vezes até éramos motivados, éramos levados a pensar de que o Governador tendo a sua origem na Capital e tendo feito política apenas e tão somente na região metropolitana, que pudesse ele ter uma visão também apenas metropolitana, apenas para a Capital do Estado.

O trabalho que vem desenvolvendo o Governador nesses meses de Governo, voltado para a habitação popular lá nos municípios do interior, voltado para a construção de salas de aula, desta feita em todos os lugares e principalmente no setor da agropecuária dando todo o apoio ao programa Paraná Rural e vindo agora por implantar este programa de bovinocultura de leite e de ovelhas demonstra realmente que não tem razão aqueles que pensavam que Roberto Requião iria pensar apenas na Capital do Paraná. Por esta razão é que nós conclamamos a todos os Parlamentares para que na sua região, no seu município de representação política, procure também motivar as Lideranças rurais, procure fazer com que os técnicos do Governo possam dar as explicações necessárias através de reuniões para que os produtores possam ter acesso a esse

financiamento, possam ter acesso a esses animais. Gostaria de dizer também que pretendemos, se não na semana que vem, na próxima semana, posterior ao carnaval, fazermos uma reunião do Bloco Parlamentar Agropecuário, desta feita com a presença, não do Dr. Osmar que estará viajando para a China em companhia de Sua Excelência o Governador Roberto Requião, mas trazermos aqui o Dr. Ademir Graziottin, o Dr. Souza que estará à frente da Secretaria, para que eles possam, perante o Bloco Parlamentar Agropecuário prestar esclarecimentos outros acerca desses programas que a Secretaria desenvolve.

Ademais, Senhores Deputados, Senhor Presidente, nós queremos também conclamar a todos para que estivessemos amanhã presentes à Sessão Plenária, porque nos informou ainda ontem o Deputado Anibal Khury das possibilidades de termos amanhã na Ordem do Dia a redação do Projeto que institui no Paraná a Lei Agrícola Estadual, que é fruto também de um trabalho do Bloco Agropecuário e deste Poder como um todo. E teremos também, em discussão única, a apreciação do Veto de Sua Excelência o Governador que trata da dilação de prazo, do aumento do prazo para criação de novos municípios, sem o que evidentemente, sem resolver essa pendência do veto, não teremos condição de analisar nenhum outro projeto que trata deste assunto, razão pela qual encarecemos a presença de todos para que possamos a partir de amanhã tomarmos as decisões com relação a criação ou não de novos municípios no Paraná. Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Também para Explicações Pessoais, Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para informá-los de que nesta tarde requeri junto à Comissão de Justiça a presença do Presidente do BANESTADO, Senhor Heitor Wallace, e também um Ofício solicitando ao ex-Vereador Hasiel Pereira a comparecer naquela Comissão, a fim de prestarem esclarecimentos sobre o aval que o BANESTADO deu para que as Lojas do Pedro pudessem transferir ao Ministério da Saúde vinte e três mil e quinhentas bicicletas.

O meu Requerimento ao Presidente da Comissão de Justiça se traduz no seguinte (Lê):

"Requer envio de expediente ao ex-Vereador Hasiel Pereira convidando-o a comparecer perante a Comissão de Constituição e Justiça para esclarecer sobre diálogo mantido com o Presidente do BANESTADO,



conforme notícia divulgada através dos órgãos de comunicação sobre "comissões recebidas por aquela instituição, bem como envio de expediente ao Presidente do BANESTADO, convocando-o para que compareça ao C.C.J. para prestar esclarecimentos sobre o aval do Banco à compra de bicicletas pelas Casas do Pedro."

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quase todos já puderam acompanhar o que os jornais estampam e é realmente de ficar de cabelos em pé o diálogo que o ex-Vereador Hasiel Pereira manteve com o Presidente do BANESTADO. Só para ficar registrado nos Anais desta Casa: a notícia publicada no dia 14 de fevereiro no Jornal Curitiba Hoje (Lê):

#### "BANESTADO SE ENTERRA TAMBÉM NO ESCÂNDALO DAS BICICLETAS

Num diálogo telefônico que o ex-vereador diz ter gravado, explode um escândalo sem precedência. Hasiel Pereira, ex-vereador e hoje integrante do PSDB, teve um diálogo revelador com o presidente do Banco do Estado do Paraná, Heitor Wallace de Melo e Silva, a quem se apresentou (telefonicamente), como sendo Hecke, dono das Lojas do Pedro. Pronunciando "Réqui", o ex-vereador no diálogo cuja finalidade foi revelar que o BANESTADO está envolvido na maracutaia das bicicletas que derrubou Alcení Guerra, exigiu providências que pudessem salvar a empresa de Curitiba do escândalo em que está envolvida na transação de bicicletas com o Ministério da Saúde. O BANESTADO, para quem ainda não sabe, é o avalista desta operação de compra das bicicletas pelas Lojas do Pedro, junto à Caloi, dando uma carta de fiança de 300 milhões para que a firma curitibana garantisse o pagamento do lote em questão. Como todo escândalo foi desvendado, o BANESTADO está agora com recurso jurídico, negando-se a honrar a fiança que deu para as Lojas do Pedro comprarem as 23.500 bicicletas. Mas, o pior de tudo é a insinuação de que houve comissão para que o "negócio" com o BANESTADO fosse agilizado. Afinal, para uma operação de tal vulto, a diretoria toda se envolve e o comitê que decide concessões de tais importâncias acaba ficando também responsável pela operação. Mas, quem foi que defendeu na reunião do comitê ou da diretoria a concessão desta "carta de fiança"? Qual o privilégio que abriu "milagrosamente" as portas do BANESTADO para o cliente Lojas do Pedro em tal operação de 300 milhões de cruzeiros?

#### DIALOGO CURTO

O diálogo telefônico mantido entre Hasiel Pereira e o Presidente do BANESTADO, Heitor Wallace de Melo e Silva, que se identificou do outro lado da linha, foi

curto e grosso, como se diz. Testemunhas que ficaram na extensão, restando do diálogo alguma gravação, naturalmente porque foi uma autêntica armadilha, ficaram estarrecidos com o que lhes era dado ouvir. Nervoso, segundo se podia notar pelo telefonema, o Presidente do BANESTADO, conforme o diálogo que transcrevemos em seguida, não nega em qualquer momento as alusões feitas sobre comissão paga para alguém liberar o vultoso dinheiro através de uma carta de fiança. No diálogo em questão, inclusive, há uma tentativa de tranquilizar quem se identificou como "Réqui, das Lojas do Pedro". O favorecimento ilícito promovido para as Lojas do Pedro passou a ser, nas últimas horas, com a revelação deste diálogo, o maior escândalo de todos os tempos a integrar o BANESTADO na maracutaia das bicicletas, que já derrubou um ministro, causou prisões e pode derrubar até a diretoria do BANESTADO.

#### DIALOGO

O diálogo telefônico travado entre o ex-vereador Hasiel Pereira, às 14 horas e 32 minutos de quarta-feira, com quem atende sendo o presidente Heitor Wallace de Melo e Silva, presidente do BANESTADO, teve o seguinte desenrolar, segundo relato transmitido ao "Curitiba Hoje".

Hasiel Pereira - Aqui é o "Réqui" (Hecke), das Lojas do Pedro...

Secretário - Pois não, vou passar para o dr. Heitor...

(Pausa)

Heitor Wallace - Alô.

Hasiel Pereira - É o Heitor?

Heitor Wallace - Sim, é o Heitor!

Hasiel Pereira - Estou apavorado... Passei a noite inteira sem dormir. O Nelson já está preso...

Heitor Wallace - O Pastre também...

Hasiel Pereira - Heitor, estou desesperado. Como é que nós vamos resolver esta situação?...

Heitor Wallace - Não se preocupe... Devolva as bicicletas para a Caloi.

Hasiel Pereira - A Caloi não aceita em hipótese alguma...

Heitor Wallace - Não aceita, é?

Hasiel Pereira - Não aceita. O Banco vai me deixar sozinho nessa? Não esqueça que eu paguei a comissão de vocês...

Heitor Wallace (Nervoso, gaguejando) - Fique calmo, não se preocupe... Estou providenciando um parecer especial junto ao Departamento Jurídico...

Hasiel Pereira - Se eu for preso não vou sozinho nessa, vou levar todo mundo junto...

Heitor Wallace - Calma, calma, não se precipite. Eu estou providenciando o parecer, já te disse...

Hasiel Pereira - O Banco cobre essa

situação hoje junto à Caloi e me dá um tempo de vender imóveis. Não esqueça que eu já paguei a comissão de vocês... não esqueça...

Heitor Wallace - Não se preocupe que já está saindo o parecer especial do Jurídico. E quando ficar pronto tudo estará resolvido.

Hasiel Pereira - Quando fica pronto o parecer?

Heitor Wallace - Fica pronto logo. Mandei acelerar.

Hasiel Pereira - Quando ficar pronto o parecer você me telefona...

Heitor Wallace - Qual é o teu número?

Hasiel Pereira - Você não sabe? Ligue aqui na Loja do Pedro... Não vou sair daqui.

Heitor Wallace - Está bem...

Hasiel Pereira - Estou esperando. Ligue o quanto antes. Tchau...

Heitor Wallace - Tchau... Fique calmo. Espera minha ligação...

#### COMPLICADA

Pelo diálogo revelado pelo ex-vereador Hasiel Pereira, que se fez passar por Hecke, das Lojas do Pedro, a situação fica cada vez mais complicada para o Banco do Estado do Paraná, que afiançou a operação da empresa Lojas do Pedro com a Caloi. Além do mais, o contido no citado diálogo, ouvido por testemunhas e que naturalmente teve uma gravação, coloca gente da alta direção do BANESTADO numa autêntica fogueira, que exige a presença urgente da Polícia Federal em investigações urgentes. O caso que deixou de ser de simples corrupção para ser problema de verdadeiro banditismo. Espera-se para as próximas horas revelações que possam esclarecer todas as dúvidas levantadas pelo ex-vereador Hasiel Pereira. O ex-vereador, na campanha de Requião à Prefeitura de Curitiba em 1985, inclusive, foi um dos principais cabos eleitorais, dando o mote da dita campanha ao atacar a Conectora 5 que tinha terrenos de Jaime Canet, segundo revelava na época o citado vereador. Depois, brigado com Requião na campanha ao Governo do Estado, Hasiel Pereira reaparece agora em grande estilo, com uma denúncia das mais graves." (Termina de ler).

Sr. Osvaldo Trevisan - Vossa Excelência me concede um aparte?  
(Assentimento).

Nobre Deputado Mário Bezerra, eu estou ouvindo atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência e me permita participar do discurso de Vossa Excelência, porque eu entendo que esta Casa precisa ser corretamente bem informada, e não quero que Vossa Excelência seja induzido a erro, por que o que é o erro? Erro é o conhecimento falso da verdade; e Vossa Excelência, com todo o

respeito, está induzido em erro, ou não está tendo um conhecimento exato da verdade.

Segundo, Vossa Excelência traz e enfatiza um suposto diálogo havido entre o cidadão, ex-Vereador, chamado Hasiel Pereira, que se intitulou no telefone como o Hecke.

Então, trago a Vossa Excelência um princípio de direito. Se ele deu um nome falso num telefonema, um princípio de direito diz o seguinte: "A ninguém é lícito beneficiar-se da própria torpeza".

Terceiro, nobre Deputado, essa operação do Banco do Estado, de concessão de uma carta de fiança, foi uma operação bancária normal, tanto que nem na Diretoria precisou ser deferido. Os próprios escalões técnicos do Banco é que deferiram a operação, por se tratar de uma operação perfeitamente normal, enquadrada nas normas do Banco Central, dispensava inclusive, a autorização superior de uma diretoria.

Quarta questão, Deputado: está se falando que o Banco cobrou comissão por conceder essa carta de fiança. Ora, é muito lógico, qualquer banco, em qualquer prestação de serviço, cobra a comissão. O Banco do Estado cobrou a comissão bancária. Tenta-se agora, distorcer, falando em comissão, mas eu quero esclarecer a esta Casa, que o que o Banco do Estado cobrou, foi comissão bancária, numa operação perfeitamente normal.

E a propósito, nobre Deputado, me permita mais um minutinho da sua atenção. Eu tenho aqui em mãos, uma nota de esclarecimento do Presidente do Banco do Estado, Senhor Heitor Wallace de Melo e Silva. E curtinha, me permitam os nobres parlamentares também...

O SR. MÁRIO BEZERRA - Se Vossa Excelência me permite, eu gostaria que Vossa Excelência usasse o tempo de explicações pessoais, se não o meu tempo vai acabar e eu não posso terminar a minha fala. Eu vi a nota, e parece que vai ocupar o restante do um minuto e meio que eu tenho.

O Sr. Osvaldo Trevisan - Então eu solicito a inscrição no horário das Explicações Pessoais. Eu falarei em seguida e continuo atento ao discurso de Vossa Excelência.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Muito obrigado.

A imprensa merece crédito. Eu sempre considerei a imprensa como 4º Poder. Nós temos o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a imprensa. A imprensa traça caminhos para que o Poder Legislativo possa buscar verdades. Eu não acredito que tudo o que está contido na imprensa "Folha de Londrina", "Curitiba

Hoje", "Folha da Imprensa", "Indústria e Comércio", "Folha de São Paulo", todos estão noticiando o fato em manchetes garrafais.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência esqueceu o "Jornal do Brasil".

O SR. MARIO BEZERRA - O "Jornal do Brasil" também.

A Assembléia Legislativa do Paraná não pode ficar à margem dessa discussão. Nós é que somos o Poder fiscalizador do Banco do Estado do Paraná. Então, o que nós queremos? Que o Presidente do BANESTADO, já foi convocado, já foi aprovado pela Comissão de Justiça, que ele venha à Comissão de Justiça para responder às indagações dos Senhores Deputados e lá se farão presentes inclusive com a anuência do nobre Presidente Colombino Grassano e outros Deputados também poderão inquirir o Presidente do BANESTADO, assim como o Vereador Hasiel que foi o denunciante, traga a fita também, para que nós possamos confrontar os dois para saber quem é que está com a verdade, porque a Assembléia Legislativa não pode ficar com os braços cruzados e nem à margem desse escândalo que envolve o Banco do Estado do Paraná junto ao Ministério da Saúde, cujo Ministério Alcení deixou de comandar.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu simplesmente uso essa tribuna, para colocá-los a par do que aconteceu na Comissão de Justiça e nós estaremos inquirindo, sem querer pré-julgar ninguém, apenas queremos saber a verdade dentro da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e gostaríamos que toda a imprensa, inclusive a nacional, publicasse que a Assembléia não é conivente com os erros do Governo, se houver.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, em Explicações Pessoais, o Senhor Deputado Osvaldo Trevisan, representante de Cornélio Procópio.

O SR. OSVALDO TREVISAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O nobre Presidente me anunciou como representante do norte do Paraná, de Cornélio Procópio, e fico grato com isso, pois relembro o tempo em que percorríamos as estradas empoeiradas daquele Norte do Paraná, quando éramos Deputado Federal, e lembro das reivindicações quando Vossa Excelência era Secretário de Transportes.

Mas Presidente e Senhores Deputados, encerrou bem o Deputado Mário Bezerra, dizendo que esta Assembléia não vai calar-se e vai denunciar os erros do Governo, se

houver. Muito bem, encerrou muito bem; se houver, e se houver erros também não é só Vossa Excelência que não vai concordar, nós também não concordaremos.

Por isso, reiterando, estamos aqui para dizer que também queremos a verdade. Não podemos deixar que esta Casa seja induzida a erros. E quero dizer também, Senhores Deputados e Senhor Presidente, que da minha parte eu não escutarei calado aqui as inverdades que forem assacadas contra o Governo e contra os órgãos ligados ao Governo. Eu aqui estarei para defender o Governo e trazer os esclarecimentos que esta Casa merece, que o povo do Paraná merece.

Sei que há por parte aqui de alguns Deputados a intenção de que a imprensa seja sensacionalista, que a imprensa tumultue o processo democrático. Mas a realidade de todos nós quando vemos os jornais publicarem notícias que não são verdadeiras do respeito aos Deputados, e que alguns aplaudem, temos que estar conscientes de que estas notícias contribuem para o fortalecimento da democracia.

Toda vez que nós vilipendiamos o Poder Legislativo estamos também diminuindo o poder da democracia.

Mas participava também o Deputado Rafael Greca lembrando que o "Jornal do Brasil" também publicou.

Nobre Deputado, o que nós queremos é que a imprensa publique. A nossa obrigação é dar a imprensa as informações corretas, as informações verdadeiras.

E por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados que também venho aqui.

Senhor Presidente, eu tenho em mãos uma nota de esclarecimento do Presidente do Banco do Estado do Paraná, Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva.

Diz o Presidente do BANESTADO:

#### "NOTA DE ESCLARECIMENTO"

Com a finalidade de resguardar o nome do BANESTADO de insinuações que tentam envolvê-lo em irregularidades ocorridas na licitação realizada pelo Ministério da Saúde para a compra de um lote de bicicletas, sentimos na obrigação de esclarecer nossos clientes, acionistas e a opinião pública sobre os seguintes pontos:

1) O BANESTADO em suas atividades de apoio à agricultura, à indústria e ao comércio utiliza-se de financiamentos, prestação de serviços, bem como da prestação de garantias a fornecedores de produtos e serviços, através de cartas de fiança.

2) A carta de fiança é uma operação rotineira no BANESTADO, como nos demais bancos brasileiros, podendo ser fornecida a qualquer empresa que queira participar de concorrências em órgãos públicos ou empresas privadas, desde que tenha cadastro bancário compatível.

3) As Lojas do Pedro, clientes do BANESTADO há 18 anos, solicitaram do Banco uma carta de fiança para participarem da concorrência pública do Ministério da Saúde, apresentando um patrimônio compatível com a solicitação.

4) A carta de fiança foi fornecida por decisão de nível gerencial de acordo com os níveis de alçada vigentes no Banco.

5) O BANESTADO cobrou 4% (quatro por cento) "pro-rata" de comissão sobre o valor da fiança, seguindo todas as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil para esse tipo de operação.

6) No momento em que a administração do BANESTADO pressentiu eventuais irregularidades na concorrência pública em questão, considerou vencida e sem efeito a referida carta de fiança, mesmo porque a concorrência já se encontrava em processo de anulação.

7) As insinuações de que o BANESTADO ou sua Diretoria estaria envolvida em negócios ilegais ou suspeitos são totalmente injuriosas, caluniosas e difamatórias. Atendem a interesses espúrios e políticos de quem as faz. O assunto será tratado no âmbito judicial.

Temos certeza de que o conceito e a solidez do Banco do Estado do Paraná não serão afetadas por oportunismos e levianidades desse gênero.

HEITOR WALLACE DE MELLO E SILVA  
Presidente do BANESTADO"

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é este o esclarecimento que trazemos a esta tribuna, reiterando que esta operação do Banco do Estado foi uma operação normal, dentro das normas do negócio bancário, com toda a transparência. E o Banco do Estado está a disposição para prestar esclarecimento.

O SR. NELSON JUSTUS (Aparte) - Vossa Excelência me concede um aparte?  
(Assentimento do orador).  
Muito obrigado.

Eu quero cumprimentá-lo pela defesa, em nome da democracia, e acho que é exatamente o exercício da democracia o que nós todos estamos fazendo aqui. A começar pela imprensa, que exerce o seu dever de comunicação, como também nós, Deputados, o dever e o direito de fiscalização.

O que o nobre Deputado Mário Bezerra, ao tomar conhecimento, como nós outros tomamos conhecimento de eventuais denúncias feitas pela imprensa, o que o nobre Deputado quis e o fez, hoje, com muita propriedade, na Comissão de Constituição e Justiça, não foi nada mais do que defender o livre exercício da democracia e da fiscalização, nesta Casa, de convocar ou de

convidar o Presidente, DD Presidente do Banco do Estado, para que ele venha prestar esclarecimentos, defendendo uma instituição sólida como o BANESTADO, e também esta Casa de Leis, apurando as eventuais irregularidades. E bem disse ele, se é que elas existem, para que nós outros não sejamos omissos no nosso mais sagrado direito, o de fiscalizar todas as denúncias que venham contra ou a favor desta ou daquela instituição.

Portanto, eu creio que a defesa efetiva do Governo do Estado cabe a todos nós, Parlamentares ou não. Mas, num caso específico, onde se declara e se apresentam eventuais ligações telefônicas, falsas ou verdadeiras, cabe sim, ao Presidente do Banco do Estado vir prestar estes esclarecimentos, até porque nós todos que o conhecemos, gostaríamos que estas explicações fossem feitas, para que se dirimissem as eventuais dúvidas.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. OSVALDO TREVISAN - Muito obrigado ao aparte de V. Exa. ~~Então~~ agradeço o nosso pronunciamento. E eu quero agradecer ao nobre Deputado quando reconhece que o Banco do Estado é, efetivamente, uma instituição sólida.

Da nossa parte, nós também estaremos aqui defendendo a democracia e estaremos rechaçando de pronto todas as informações que não forem verdadeiras, que chegarem a esta Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 025/92

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 246/91

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 208/91

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 463/91, 564/91, 567/91, 568/91 e 572/91

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 282/91

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CA-

SA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ERONDY SILVERIO, EM SESSÃO DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 1991.

"O Hospital de Clínicas de Curitiba e seu Idealizador"

Pio Taborda Veiga

"O Paraná tem sido o Limbo para as obras de seus filhos que, muitas vezes, são condenados ao esquecimento, afirmava o culto e ilustre deputado Rafael Greca de Macedo, em julho de 1987, ao décimo ano da morte do professor Milton de Macedo Munhoz.

E citava Quixote, de Cervantes:

"La verdad, seja madre es la Història, testigo de lo passado, ejemplo y aviso de lo presente, advertência de lo por vir ...

Finalmente, o deputado Rafael Greca de Macedo ressaltava e louvava o criterioso trabalho da Fundação Santos Lima pelo resgate da memória médica do Paraná, no lançamento do livro "Milton de Macedo Munhoz".

"como legítima homenagem do povo de sua terra ao primeiro Secretário de Estado da Saúde, ao cientista e professor e, sobretudo, ao paranaense notável que nos deixou".

\* \* \*

Em 1935, o professor Milton de Macedo Munhoz foi eleito Secretário da Faculdade de Medicina do Paraná, cargo que exerceu com entusiasmo e tenacidade, tendo atuado decisivamente - como depõe o deputado Divonsir Borba Cortes, então Secretário da Câmara dos Deputados - para a federalização de nossa Universidade.

Em discurso pronunciado a propósito da ampliação do prédio da Universidade, o magnífico reitor prof. Victo do Amaral afirmou:

"A realização desta obra foi devida ao espírito empreendedor do professor Milton de Macedo Munhoz que, no cargo de Secretário da Faculdade de Medicina, posso considerar como o braço direito da minha administração".

Durante 10 anos, de 1935 a 1945, o professor foi o responsável por inúmeras e importantes realizações.

Dentre elas:

A construção do Pavilhão de aulas na Santa Casa de Misericórdia, que tornou mais eficiente o ensino das clínicas, a construção da ala esquerda do prédio da Universidade, a construção de três anfiteatros na Faculdade; a construção da ala sul da Maternidade, constituindo o Hospitalzinho de Crianças, a construção do Colégio Progresso, na Rua Cel. Dulcídio.

Todos os laboratórios da Faculdade foram melhorados ou ampliados.

Mereceram especial atenção o Departamento de Patologia e o Departamento de Histologia; o Anfiteatro de Anatomia Descritiva e de Técnica Operatória; o Dispensário Dentário e os Laboratórios de Parasitologia, de Química, de Física, de Fisiologia.

Mereceu, também, sua melhor atenção a Biblioteca da Faculdade de Medicina.

Naquela época, em nossos encontros diários na secretária da Faculdade, o prof. Milton descrevia com riqueza de detalhes as fases de planejamento, construção, instalação e funcionamento do futuro Hospital de Clínicas, seu velho sonho - que deveria elevar, cada vez mais, o nível do ensino médico no Paraná.

\* \* \*

Em 1946, o professor Milton Munhoz foi nomeado Dir. Geral da Saúde Pública do Paraná, por ato do Interventor Federal General Mário Gomes da Silva que, ao deixar a Interventoria, em 3 de janeiro de 1947, assim se referiu ao Relatório do professor Milton Munhoz.

"Não escondo meu entusiasmo pela obra que V.Sa., e seus abnegados auxiliares vêm realizando no importante setor do serviço sanitário no Estado.

"O trabalho apresentado nos dá idéia daquilo que foi feito e aquilo que ainda existe por fazer nos anos vindouros".

E com a maior satisfação que apresento ao ilustre professor Milton Munhoz meus mais efusivos cumprimentos pela obra realizada em benefício da saúde de nossa população".

O Professor foi o único auxiliar do governo Mário Gomes da Silva que convidado pelo Governador Moysés Lupion -, continuou no exercício do cargo e, a seu pedido, iniciou um trabalho complexo e por todos os motivos importantes, no sentido de transformar a Diretoria de Saúde em Secretaria de Estado.

Setembro de 1947

O casal Moysés (Hermínia) Lupion recebia para jantar, no Castelo do Batel, seu Secretário de Saúde, o prof. Milton e dona Ilka.

Maria Verena, eu e a filha mais velha de meus compadres - a Gil - éramos os outros comensais.

Em ambiente alegre e descontraído foram servidos filê de peixe à la meunière e peru à Califórnia, acompanhados de um branco do Reno e um tinto Dão, português, para nenhum "gourmet" botar defeito...

O cafêzinho foi servido - para os homens - no Salão Verde.

E, como era de se esperar, o assunto

foi a plataforma do governo Moysés Lupion, no setor da Saúde.

Em determinado instante veio à baila a construção de um grande hospital, em Curitiba, com a capacidade para 600 leitos, com um custo provável de 20 (vinte) milhões de cruzeiros.

\* \* \*

Em outubro de 1947, o Prof. Milton Munhoz levou ao governador Moysés Lupion uma exposição de motivos na qual sugeria a construção de um Hospital de Clínicas, em terreno da Faculdade de Medicina e que deveria, quando concluído, ficar sob a direção clínica da Faculdade e a administrativa sob o controle do Estado do Paraná.

Era o velho sonho do professor que começava a se tornar realidade!

O Diário Oficial do Estado publicava o Ato nº 4.007/48, desapropriando uma área de 2.687 metros quadrados de um terreno de propriedade de Agostinho Leão Júnior, destinado à construção do hospital.

No início de 1949 foi lançada a "Pedra Fundamental".

O professor discursou.

E, a pouco e pouco, o Hospital de Clínicas de Curitiba, começava a tomar forma.

Quando os tijolos já atingiam o último pavimento do prédio central, em 1950, as obras foram paralisadas, por motivos que aqui não vale lembrar.

Em outubro de 1953, por força da Lei n. 1.212/53, foi realizada a transferência do Hospital de Clínicas para a Reitoria da Universidade do Paraná.

Em maio de 1954 foi procedida uma revisão e atualização do projeto original, com a orientação de meu prezado amigo, o professor Odair Pedroso, responsável pelos projetos do Hospital de Clínicas de São Paulo e da Santa Casa de Santos e que passou a exercer o cargo de Consultor Hospitalar da Universidade.

\* \* \*

Em 1959, foi constituída uma Comissão de Equipamento do Hospital de Clínicas, sendo nomeado seu presidente o professor Milton de Macedo Munhoz; os demais membros da Comissão eram o dr. Ewaldo Nickel, o professor Eloi Vicente Bettega e o professor Haroldo Beltrão que, eventualmente, substituíam o professor Milton Munhoz e estava incumbido de realizar todas as ligações com o professor Odair Pedroso.

Foram mais de 42.000 metros quadrados de área construída que necessitavam - de acordo com o testemunho do professor Eloi Bettega - desde o revestimento de calça até o pessoal qualificado.

Mais ainda, instalações mobiliários

Curitiba, terça, em 25.02.92

fixos, centros cirúrgico e obstétrico, laboratórios, cozinha, lavanderia, farmácia industrial, matérias permanentes e de consumo, afora evidentemente, adequação de regulamentos, organogramas, normas e rotinas de serviço, impressores, contabilidade de custos, etc.

A verba não era pequena, entretanto, tornava-se sabidamente insuficiente para fazer face ao global.

Convém registrar ainda - como assegura o professor Bettega que pela argúcia do professor Milton Munhoz o Hospital de Clínicas veio a se tornar o "pioneiro de importação direta", no Paraná.

Todo o material de equipamento, sem similar nacional, entrou no Hospital de Clínicas pela modalidade de importação sem intermediário, com resultados altamente auspiciosos.

E, ainda, o professor Bettega que salienta:

"O professor Milton Munhoz despachava diretamente com o Reitor, levava, em mãos, a pasta de processos, instruídos por pareceres técnicos e, para glória de toda a equipe, nenhum processo voltou para maiores elucidações".

Durante todo esse período, por iniciativa do professor Milton, foi feita a seleção e envio de servidores locais para serem treinados no Curso de Administração Hospitalar da Faculdade de Higiene de São Paulo.

Foram selecionadas três enfermeiras, vários nutricionistas e assistentes sociais, um médico e diversos agentes administrativos.

Em 26 de março de 1960, foi inaugurado o Hospital de Clínicas de Curitiba, com a presença do ministro Clóvis Salgado, representante do Sr. Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, do governador Moysés Lupion, do general Benjamin R. Galhardo, Comandante da 5ª Região Militar, de Dom Manoel Silveira D'Elbaux, arcebispo de Curitiba, general Iberê de Mattos, prefeito de Curitiba, Secretários de Estado, Corpo Consular, deputados federais e estaduais e o Reitor da Universidade do Brasil, o professor Pedro Calmo que assim se expressou:

"O dia 26 de março de 1960 passou a ser uma data histórica. O Hospital de Clínicas, é uma espécie de torre do saber humanitário, elevado sobre luminosos horizontes dos mais belos campos do mundo - os campos verdes de Curitiba, coroados de pinheiros vestidos de sol".

Em cimento e aço, sobranceiro, ali no Alto a Glória, o majestoso Hospital de Clínicas de Curitiba - sonho por tantos anos acalentado e hoje transformado em formidável realidade - lembrará "in aeternum" seu idealizador e maior respon-

sável, o professor Milton de Macedo Munhoz.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 021/92

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

1º) incorporar para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CELSO MARIANO DOS SANTOS, matrícula nº 165, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo e seis (seis) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5º quinquênio, compreendido entre 30 de janeiro de 1982 e 23 de janeiro de 1986, antecipado em razão da incorporação do 1º decênio e sete (07) dias do 2º decênio;

2º) contagem para efeito de aposentadoria, nos termos da Lei nº 7.634, de 14 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto nº 5434, de 16 de setembro de 1982, o tempo de dois (02) anos, dois (02) meses e nove (09) dias, período compreendido entre 16 de novembro de 1960 e 24 de janeiro de 1963, em que prestou serviços em atividade regida pela Lei Federal nº 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. nº 3440)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.02.92

Ato da Comissão de Processo Administrativo

EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETÓLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETÓLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSÉ RENATO DUARTE  
Presidente da Comissão



A. L. L. P.		CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTARIO - ALG		REF. -	ALG245
		BALANCETE FINANCEIRO		PAG. -	1
		DE 01 a 30 DE DEZEMBRO DE 1991.		DATA -	31.12.91
				DESPESA	
				ORÇAMENTARIA	
				Legislativa.....	
				Judiciária.....	
				Administração e planejamento.....	
				Agricultura.....	
				Comunicações.....	
				Defesa nacional e seg. pública.....	
				Desenvolvimento regional.....	
				Educação e cultura.....	
				Energia e recursos minerais.....	
				Habitação e urbanismo.....	
				Indústria, comércio e serviços.....	
				Relações exteriores.....	
				Saúde e saneamento.....	
				Trabalho.....	
				Assistência e previdência.....	
				Transporte.....	
				2.130.480.027,48	
				EXTRAORÇAMENTARIA	
				Restos a pagar.....	
				Pagamentos.....	
				Cancelamentos.....	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				Débitos de tesouraria.....	
				Depósitos de diversas origens.....	
				Fundos especiais.....	
				Contas a regularizar.....	
				Contas do realizável.....	
				Acordos e convênios.....	
				Débitos de despesas a pagar.....	
				Fornecedores.....	
				Despesas com Pessoal.....	
				Outras despesas a pagar.....	
				2.741.680.087,43	
				2.902.793.229,33	
				SALDOS PARA O MES SEGUINTE	
				CAIXA	
				Bancos.....	
				Vinculado em C/Correntes Bancárias.....	
				Títulos a receber.....	
				Devedores diversos.....	
				Diversos responsáveis.....	
				2.252.882.942,59	
				TOTAL.....	
				7.286.156.199,40	
				EDISON CARLOS DE OLIVEIRA	
				Coord. de Contabilidade	
				GABRIEL LUIZ FRANCESCHI	
				Diretor do DAT	
				ABIB MIGUEL	
				Diretor Geral	

A. L. L. P.

CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTARIO - ALG

BALANCETE FINANCEIRO

DE 01 a 30 DE DEZEMBRO DE 1991.

RECETA

DESPESA

ORÇAMENTARIA

ORÇAMENTARIA

RECEITAS CORRENTES

Legislativa.....

Receita tributária.....

Receita de contribuições.....

Receita patrimonial.....

Receita agro-pecuária.....

Receita industrial.....

Receita de serviços.....

Transferências correntes.....

Outras receitas correntes.....

2.130.480.027,48

-1.096.956,73

2.128.903.043,27

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de crédito.....

Alienação de bens móveis e imóveis.....

Transferências de capital.....

Outras receitas de capital.....

0,00

2.128.903.043,27

EXTRAORÇAMENTARIA

EXTRAORÇAMENTARIA

Débitos de tesouraria.....

Depósitos de diversas origens.....

Fundos especiais.....

Contas a regularizar.....

Contas do realizável.....

Acordos e convênios.....

0,00

Créditos de Despesas a Pagar

Fornecedores.....

Despesas com Pessoal.....

Outras despesas a pagar.....

209.192.356,00

2.214.399.343,10

0,00

2.423.591.699,10

3.105.556.883,63

SALDOS DO MES ANTERIOR

Caixa.....

Bancos.....

Vinculado em contas cor.bancárias.....

Títulos a receber.....

Devedores diversos.....

Diversos responsáveis.....

2.051.694.272,50

2.051.694.272,50

7.286.156.199,40